



**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE LUZIÂNIA  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ZILMA GONÇALVES MACHADO**

**A AQUISIÇÃO DA AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**LUZIÂNIA – GO  
2016**

ZILMA GONÇALVES MACHADO

## **A AQUISIÇÃO DA AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

TC apresentado à Universidade Estadual de Goiás – Campus Luziânia, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Manuel Adão

**LUZIÂNIA – GO**  
**2016**

ZILMA GONÇALVES MACHADO

## A AQUISIÇÃO DA AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Projeto de Monografia submetido à Comissão Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia, como requisito parcial para obtenção de grau de Graduado.

Luziânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

### BANCA EXAMINADORA

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dedico ao Senhor da minha vida, dos meus sonhos e planos, ao meu Deus, porque mesmo quando eu achava impossível realizar esse sonho Ele me ergueu e me fez caminhar até aqui.

Dedico também ao meu amado e saudoso pai Onírcio Eustáquio Machado, que tão cedo me deixou; mas que antes, desde a minha infância, cultivou em mim o sonho de ser professora.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o Senhor de toda a minha vida por ter me capacitado e ter me dado força nos momentos de fraqueza, por ter me feito chegar até aqui.

A minha mãe querida Maria Vitor de Araújo que, com seu jeito simples, tanto me apoiou por tantas vezes ter enxugado minhas lágrimas de cansaço.

Ao tão amado e dedicado esposo Fabiano Leão Rêgo, que foi pai e mãe de nossos filhos, por ter me compreendido, motivado e sempre acreditado em mim, por ter entendido minha ausência em passeios com as crianças e reuniões familiares.

Aos meus filhos Gabriel Machado Leão, Davi Machado Leão e Isabella Machado Leão que, com toda a ingenuidade própria das crianças, apoiaram minha jornada.

Agradeço aos meus familiares e amigos por todo apoio e incentivo e por perdoarem minha ausência nesse tempo.

Ao professor Dr. Victor Passuello, por toda a colaboração nessa construção.

Ao meu Orientador Professor Dr. Jorge Manoel Adão; a querida Agostinha que tanto me acolheu e ajudou nas tardes de estudo na Universidade.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, participaram desta conquista.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>07</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>08</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>1 A CRIANÇA E A AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	<b>12</b>
1.1 História da Criança .....	12
1.2 História da Educação Infantil no Brasil .....	14
1.3 LDBEN, Educação Infantil e Construção da Identidade e da Autonomia .....	17
<b>2 AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTOS TEÓRICOS</b> .....	<b>22</b>
2.1 Identidade e autonomia .....	22
2.2 Processo de aquisição da autonomia .....	23
2.3 Autonomia na Educação Infantil .....	27
2.4 Metodologia .....	31
<b>3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE CAMPO</b> .....	<b>33</b>
3.1 Escola Municipal Dona Nenzica .....	33
3.2 Descrição e análise da pesquisa .....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>43</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>45</b>

## **RESUMO**

Para investigar a aquisição da autonomia na Educação Infantil é necessário compreender que autonomia é a capacidade de realizar atividades e escolhas sozinha, toda criança busca ser autônoma, portanto o espaço da Educação Infantil é fundamental nesse processo. Esta pesquisa tem por objetivo geral; investigar de que maneira a Autonomia é obtida na Educação Infantil e específica conceituar a autonomia aplicada a Educação Infantil; fazer um breve histórico da Educação Infantil e analisar a importância da Autonomia para o processo de ensino aprendizagem. Para atingir tais objetivos o projeto de pesquisa tem por metodologia a pesquisa qualitativa, efetivada por estudo de caso e entrevista semiestruturada. Os principais autores que trabalhados nesse trabalho são; Vygotsky, Freire e os documentos oficiais Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (RECENIEI), as Diretrizes curriculares para a Educação Infantil. A prática educativa nas instituições de Educação Infantil precisa estimular o autoconhecimento para que as crianças possam identificar capacidade ou dificuldade em determinadas atividades ou situações. É necessário também que o educador construa como o aluno a reflexão a cada atitude e escolha e sua autonomia crítica a respeito das atividades e decisões que a criança realize sozinha.

**PALAVRAS CHAVE:** Autonomia. Educação Infantil. Criança. Identidade. Escola.

## **ABSTRACT**

In order to investigate the acquisition of autonomy in Early Childhood Education, it is necessary to understand that autonomy is the ability to carry out activities and choices on its own, every child seeks to be autonomous, so the area of Early Childhood Education is fundamental in this process. This research has as a general objective; To investigate in what way the Autonomy is obtained in the Infantile Education and specific to conceptualize the autonomy applied to Infantile Education; Make a brief history of Early Childhood Education and analyze the importance of Autonomy for the process of teaching learning. To reach these objectives the research project has as methodology the qualitative research, carried out by case study and semi-structured interview. The main authors that work in this work are; Vygotsky, Freire and the official documents National Curriculum Framework for Early Childhood Education, (RECENEI), the Curriculum Guidelines for Early Childhood Education. The educational practice in Early Childhood institutions needs to stimulate self-knowledge so that children can identify ability or difficulty in certain activities or situations. It is also necessary that the educator constructs as the student the reflection of each attitude and choice and his critical autonomy regarding the activities and decisions that the child performs alone.

**KEYWORDS:** Autonomy. Child education. Child. Identity. School.



## INTRODUÇÃO

Desde o nascimento até a morte, cada indivíduo busca ser independente, ter liberdade para agir e pensar de maneira que melhor lhe parecer. Assim, pensar à questão da aquisição da autonomia na Educação Infantil é fundamental na atualidade; pois as pessoas com quem se relacionam e o meio no qual a criança está inserida influenciam este processo. Segundo Yves de La Taille (1992, p. 112), Piaget considera a conquista da autonomia pela criança importante para a sua formação intelectual, pois com a aquisição dessa autonomia ela pode usufruir de relações sociais de cooperação com outras crianças, necessárias para o seu desenvolvimento intelectual.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECENEI, 1998, V.2 p. 14) explica que autonomia é a competência de dirigir suas ações e atitudes sozinho, levando em conta suas opiniões e vivências, as regras sociais e a opinião dos outros. E é na Educação Infantil que as crianças podem ter a oportunidade de conviver e manter relações de interação e cooperação com outros indivíduos. E de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI, 2010, p. 18), a criança deve ter tanto acesso aos processos de aprendizagem como também acesso a convivência e interação com outras crianças. Para tanto, a pesquisa se justifica pelo fato de que a aquisição da autonomia, na Educação Infantil é um tema importante para a formação inicial de professores.

Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo geral investigar de que maneira a autonomia é obtida na Educação Infantil. E, como objetivos específicos: conceituar a autonomia aplicada a Educação Infantil; fazer um histórico da Educação Infantil; e, analisar a importância da autonomia para o processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil.

Os principais autores que trabalham com o conceito de autonomia na infância são Vygotsky e Freire. Vygotsky (1992, p.104) concebe autonomia como parte de um processo psicológico que está ligado a cultura e experiências do indivíduo que, com o desenvolvimento das disciplinas psicológicas, mostrou como cada sujeito constrói e reconstrói sua cultura. Ainda segundo Vygotsky (1992, p. 106) diz que a autonomia do sujeito se desenvolve por meio da interação com o outro e por sua estrutura biológica e histórica. Freire (1996, p.13), que aponta que o professor precisa basear sua prática educativa numa perspectiva transformadora em benefício da Autonomia do ser do educando. Isto é, que a prática que utilizada em sala pelo professor promova a Autonomia no sentido crítico, que a criança possa refletir diante de cada escolha e cada ação por ele desempenhada.

E também os documentos oficiais que fundamentam a Educação Infantil no Brasil. Como o Referencial Curricular Nacional (RECENEI, 2002, p. 11), que fala do desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com o processo de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras e com os adultos; contribuindo para o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas. Em outras palavras, as relações mantidas com crianças e com adultos permitem a percepção de si mesmo e das diferenças entre os indivíduos e essas constatações ajudam a criança a formular suas ações e pensamentos de maneira que esses dados a ajudem a desenvolver sua Autonomia. E as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil o DCNEI (2010, p. 26) que aborda que os profissionais da Educação Infantil precisam possibilitar situações de aprendizagem, que colaborem para a elaboração da autonomia em ações como cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem estar. É necessário então que o professor da Educação Infantil, por intermédio de reflexão sobre sua teoria e prática, busque meios e atividades que favoreçam esse crescimento pessoal da criança, para que a mesma possa aos poucos realizar tarefas e mesmo atitudes que antes não conseguiria sozinha.

Segundo Heloysa Dantas (1991, p.105), Vygotsky vai dizer que são três pontos a serem observados na construção da autonomia do sujeito. Primeiro, a relação entre o indivíduo e sua cultura; segundo, a trajetória de vida de cada um; e, terceiro, que são chamados funções psicológicas superiores, isto é, consciência e controle. Diante de tal afirmação podemos então verificar que o processo de autonomia da criança depende do desenvolvimento de vários fatores psicológicos e físicos.

Diante do acima refletido, este estudo tem sua importância na maior compreensão, por parte dos professores e comunidade escolar em geral, de que a aquisição da autonomia é fundamental para que o processo de ensino e aprendizagem possa desenvolver suas ações de maneira eficiente, ajudando as crianças a se constituírem como cidadãos críticos. Esse processo também pode influenciar as práticas pedagógicas visando beneficiar o processo de ensino e aprendizagem das crianças.

A metodologia usada neste trabalho é a pesquisa qualitativa efetivada por estudo de caso. De acordo com Antônio Joaquim Severino (2007, p. 121), na pesquisa qualitativa os dados coletados devem ser registrados com todo o rigor que uma pesquisa exige, por meio de entrevista semiestruturada, e que o caso escolhido tenha relevância para melhor fundamentação do tema. Toda a pesquisa foi executada de forma a respeitar as normas

exigidas em uma pesquisa de trabalho científico, buscando demonstrar, por meio da pesquisa, a realidade do processo da aquisição da autonomia na Educação Infantil.

Este estudo tem como local de pesquisa de campo a Escola Municipal Dona Nenzica, localizada em Luziânia, estado de Goiás (GO), instituição que recebe crianças da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) desde o berçário até o infantil II, que representa alunos de 4 meses a 5 anos de idade. Isto é, a referida escola tem como clientela crianças que estão dentro do processo de aquisição da autonomia, tema o que este Trabalho de Conclusão (TC) estuda.

O presente estudo é constituído por três capítulos dispostos da seguinte maneira: o primeiro capítulo analisa o histórico da aquisição da autonomia, por meio de uma análise da história da criança e da Educação Infantil; no final deste capítulo fazemos uma breve apresentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como mostramos como a construção da identidade e autonomia foi discutida nas Leis e Diretrizes da Educação Nacional. No segundo capítulo refletimos sobre a autonomia e sua aquisição na Educação Infantil, baseando-se em fundamentos das Teorias Pedagógicas. No terceiro capítulo apresentamos a metodologia de pesquisa de campo, dados e análise da pesquisa. Buscou-se, ainda, um aprofundamento dos documentos oficiais, que trabalham com a Educação Infantil como, por exemplo, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI, 1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

# 1 A CRIANÇA E A AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

## 1.1 História da Criança

Atualmente, percebemos uma preocupação com o universo infantil: como ele se desenvolve psicologicamente, física e cognitivamente. Questões que cercam a criança despertam o interesse por parte de pais, professores, psicólogos e estudiosos. Aqui há muitas pesquisas e estudos para melhor lidar e proporcionar bem estar. E, na educação não é diferente, muitas são as práticas e metodologias para atingir cada aluno de maneira a possibilitar um desenvolvimento pleno e Mas nem sempre foi assim, pois, segundo Aries (1981, p. 03), na velha sociedade tradicional a criança logo que conseguia alguma independência física era rapidamente jogada à convivência com adultos e passava a ser um jovem. Crianças vestidas como adultos e visto como se realmente fossem. A criança era percebida sem muita importância, ainda muito pequena, o que necessitava saber aprendia ajudando os adultos a fazer. Nessa época a infância não existia nem para os pais e muito menos para a sociedade, a criança não era vista com um futuro ou alguém com talentos e habilidades a serem desenvolvidas e estimuladas.

Ainda, de acordo com Aries (1981, p. 04), no final do século XVII, a situação passou a se modificar e a criança então deixa de aprender com os adultos e passa a ficar durante longos períodos na escola. No século XVIII, se observou uma voluntária redução de natalidade, pois as famílias queriam educar melhor seus filhos, a criança deixa de ser um ser insignificante e passa a ser alguém com tal importância para seus pais, que é insuportável pensar em perdê-la, nesse período tem início a preocupação dos pais com a educação e escolarização dos filhos.

Com as mudanças da percepção dos adultos em relação a suas crianças, a infância passa a ser tema de muitas reflexões e debates; e, o cuidado com as questões infantis torna se uma preocupação constante de pais, educadores e sociedade. No século XIX, segundo Marisa Rita Ribes Pereira e Jobim Solange (1998, p. 37), percebe-se uma tendência de separar o mundo das crianças do mundo dos adultos, e isso leva a um processo de enclausuramento das crianças. Essa reclusão das crianças cria uma distância entre pais, provocando um fenômeno novo para a sociedade: a supervalorização da criança criando-se uma superproteção exagerada.

A infância, a partir do século XX, passou a ser considerada e refletida por toda a sociedade, compreender e possibilitar às crianças maiores oportunidades de crescerem e se desenvolverem integralmente, para que se tornem pessoas autônomas e capazes de entender e modificar sua realidade e a dos outros. Nesse sentido, a infância se torna objeto de pesquisa e estudo de muitos. Como afirma Marisa Rita e Jobim Solange (1998, p. 27):

Num primeiro momento, a infância será tomada como objeto de estudo, ou seja, a criança vista como alguém que deve ser analisado e estudado por diferentes saberes disciplinares (psicológicos, pedagógicos, pediátricos, sociológicos), e que, portanto, exige a constituição de um discurso sobre ele [...].

A criança precisa ser entendida como um ser repleto de singularidades e habilidades, e que necessita se desenvolver em diversos aspectos: psicológicos, físicos e até mesmo culturais. Cada indivíduo deve ser respeitado em suas individualidades e potencialidades, tendo a oportunidade de construir sua identidade e autonomia diante de seus limites e possibilidades. A criança passa a ser analisada em seus mais variados aspectos e limites, e a sociedade passa cada vez mais a se debruçar em estudos e pesquisas para melhor entender o processo de desenvolvimento pelo qual cada menino ou menina passa e como o meio pode influenciar essa evolução humana.

O RECNEI (1998, p. 21) esclarece que a concepção de criança vem sendo construída ao longo dos anos e que, nem mesmo na mesma sociedade, elas são apresentadas de forma homogênea; pois existem várias maneiras de ver a criança dependendo de sua classe social e grupo étnico ao qual pertence. Assim, podemos perceber que, tanto a infância como a própria criança foram e ainda hoje vão se transformando diante do tempo e dos fatores externos.

O desenvolvimento da criança de forma total está então ligado a sua vivência e a maneira pela qual ela interage com o meio e com os outros, a relação que nutre com as pessoas é, portanto, fundamental para conquista da autonomia. Isto é, conhecer e ultrapassar seus limites em suas atitudes e pensamentos. Desde a infância, o indivíduo busca romper com as barreiras que lhe impedem de se descobrir o mundo e alcançar os objetivos que, mesmo inconscientemente, traça para si mesmo.

Assim, o RECNEI (1998, p. 13) indica que a construção da autonomia está ligada ao conhecimento dos recursos pessoais usados pela criança diante das várias situações em que vive em seu cotidiano. Desde os primórdios da sociedade, a criança desperta interesse, seja somente como pequenos adultos como no início da história, seja como alvo de imenso amor e reflexão para seu maior desenvolvimento. As discussões acerca de como a criança se

desenvolve, como ser torna autônoma e de que maneira pais e professores podem facilitar toda essa evolução.

Tais questões, acima citadas, podem ser refletidas no aspecto educacional, nas vivências, nas interações e relações que a criança constrói no espaço escolar, e a maneira como ela se percebe e percebe o mundo ao seu redor. As suas percepções e atitudes diante de todas essas situações fazem parte da construção de sua autonomia.

## 1.2 História da Educação Infantil no Brasil

Neste tópico buscamos apresentar a história da Educação Infantil no Brasil, expor suas características, a proposta pedagógica e seus principais objetivos.

Com a Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII, a mão de obra feminina passou a ser utilizada; e, essa nova condição, trouxe consigo um novo modelo de organização familiar, onde a mulher também saía para o trabalho e contribuía para o sustento do lar. E, por outro lado, surgem dificuldades para as trabalhadoras: que era de com quem e onde deixar suas crianças; a partir dessa necessidade, surgem as Creches e Pré-Escolas:

As referências históricas da creche são unânimes em afirmar que ela foi criada para cuidar das crianças pequenas, cujas mães saíam para o trabalho. Está, portanto, historicamente vinculada ao trabalho extradomiciliar da mulher. Sua origem, na sociedade ocidental, está no trinômio *mulher-trabalho-criança*. (Didonet, 2001, p. 12 grifo do autor).

Inicialmente, as Creches tinham caráter assistencialista, ou seja, eram um lugar onde as crianças eram cuidadas, amparadas e protegidas das condições que as colocassem em riscos de maus tratos e até mesmo de mortalidade. Nesse período, as Creches e Pré-Escolas não eram vistas com a função educacional, devido sua clientela ser os filhos das mulheres operárias; isto é, eram crianças pobres.

No século XIX, as mulheres da classe média também foram se integrando ao mercado de trabalho, com isso houve um crescimento dessas instituições, mas era necessário uma adequação das que seriam implantadas para atender o novo perfil de crianças. Oliveira (2005, p.109) comenta que a inserção das mulheres de classe média no mercado de trabalho promove nas Creches e Pré-Escolas uma preocupação com valores educacionais voltados a fatores cognitivos, sociais e emocionais das crianças.

Com a integração de cuidado com educação nas instituições, a Educação Infantil toma corpo e passa a atender as crianças de forma regular, com intenções educacionais associadas a práticas recreativas; buscando a aprendizagem e o desenvolvimento psíquico,

físico e emocional da criança. A preocupação dessa modalidade de ensino passa a ser o pleno crescimento do indivíduo.

De acordo com o RECNEI (1998, p. 17-18), a concepção assistencialista da Educação Infantil precisa ser modificada e levar em consideração os fatores sociais, ideias de liberdade, de igualdade e rever que a educação das crianças; deve promover o desenvolvimento, de forma a observar a criança como um ser completo e que dessa maneira necessita de uma educação que trabalhe todos esses aspectos. Desse modo as instituições incorporam o educar aos cuidados com as crianças e essa necessidade educacional passa a ser reflexiva de forma a atingir a criança em plenitude; para que a mesma alcance, nos espaços escolares, condições que a torne autônoma e capaz de realizar atividades propostas e ter atitudes a partir de suas impressões de si mesma e do mundo a sua volta.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DECNEI 2010, p. 12), a Educação Infantil pode ser definida como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Este conceito nos apresenta de que forma é organizada a Educação Infantil, a que faixa etária atende, em que período a quem é subordinada este conceito. E, ainda vai dizer que é dever do Estado garantir ofertas nessas instituições, gratuitamente e com qualidade, sem qualquer seleção para ingresso na mesma.

Na Educação Infantil a criança é vista como um ser histórico, que aprende e se desenvolve a partir de suas vivências pessoais e a interação com adultos e demais crianças; e, é nesse sentido que o indivíduo vai, ao longo de sua estada nessa fase do ensino, construindo sua identidade e autonomia. Como qualquer outra instituição de ensino, a Educação Infantil tem suas concepções e propostas pedagógicas.

De acordo com o DCNEI (2010, p. 16 a 18), a concepção da proposta pedagógica afirma que: a Educação Infantil deve oferecer recursos e condições para que as crianças possam usufruir de seus direitos que, juntamente com a família a responsabilidade complementar a educação e o cuidado, possibilitar a convivência com adultos e outras crianças ampliando os conhecimentos e saberes diversos, promover para que as crianças tenham as mesmas oportunidades independente de sua classe social tendo acesso à cultura e viver a infância, construir formas novas de integração das crianças de forma comprometida

com o lúdico, com a sustentabilidade do planeta e respeitando as diferenças de qualquer cunho. Esses pontos da proposta pedagógica levam a alcançar os objetivos dessa prática que são garantir a criança o acesso apropriado de conhecimentos e aprendizagens, direito à proteção, saúde, liberdade, confiança, respeito, brincadeira, convivência e integração.

Cuidado e educação são princípios que se relacionam e são fundamentos da Educação Infantil, como foi dito anteriormente; mas a forma que esses fundamentos caminham efetivamente na realidade das escolas é que propiciam o alcance dos objetivos propostos nessa fase educacional.

As práticas executadas na educação buscam atingir seus objetivos partindo do cuidado, da educação, do brincar e de todas as atividades desenvolvidas nas instituições. De acordo com o RECNEI (1998, p. 63), os objetivos gerais da Educação Infantil são: (a) desenvolver na criança imagem positiva de si para que a mesma possa atuar de forma cada vez mais autônoma, confiante em suas capacidades e consciente de suas limitações; (b) descobrir seu corpo desenvolvendo hábitos saudáveis e bem estar, estabelecer vínculos afetuosos com outras crianças e com adultos, fortalecendo a autoestima e aumentando as comunicações e as de interações sociais; (c) estabelecer e ampliar as relações interpessoais reconhecendo sua opinião e respeitando a dos demais, desenvolvendo a colaboração e ajuda; (d) observar o mundo que o cerca e se perceber como dependente desse meio e como agente transformador valorizando atitudes de conservação; (e) brincar de maneira a expressar seus sentimentos, emoções, desejos e necessidades; (f) e, conseguir utilizar as diferentes linguagens para se expressar e se fazer compreendido seja através do corpo, da música, da oralidade ou da escrita; conhecer diversas culturas valorizando e respeitando a diversidade.

Muito mais do que um espaço para brincadeiras e para cuidados, as instituições dessa modalidade de ensino desenvolvem trabalhos pedagógico e social, onde a criança aprende regras de viver em sociedade, regras para construir e manter relações saudáveis. Nesse espaço, o indivíduo se constrói na convivência com o outro, com as diferenças e as igualdades, e desenvolve o respeito a si e aos outros a partir dessa compreensão. A escola de Educação Infantil é um lugar de encontro:

*A creche como encontro do público e do privado. A criança pequena reúne o interesse da família e do governo, da comunidade e da nação. É um encontro político, porque ali começam a explicitarem-se as raízes da cidadania trazidas do útero e do nascimento. Em seus espaços e tempos forma-se a higidez e a autoestima; a noção do eu e a descoberta do outro; vive-se a experiência da cooperação e da solidariedade; constroem-se os valores básicos que influenciarão nos comportamentos ao longo de toda a vida. Ali, a criança prossegue da família enquanto espaço do aconchego e do encontro para o grupo social, enquanto desafio do novo e do inusitado (Didonet, 2001, p. 24 grifos do autor).*



A Educação Infantil é esse lugar de encontro, e descoberta se si mesmo e do outro, reconhecimento de limitações, mas também lugar que se pode desenvolver habilidades e atitudes de independência, vivendo a infância em sua totalidade.

### **1.3 LDBEN, Educação Infantil e Construção da Identidade e da Autonomia**

A seguir refletiremos a cerca da Lei 9.394, de 1996, bem como o artigo que regulamenta a Educação Infantil, e como a construção da identidade e da autonomia é trabalhada nesse documento.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional começou a ser discutida com a Constituição Federal em 1946, mas sua aprovação foi promulgada somente em 1961 devido a divergências políticas da época. De acordo com Aranha, (2011, p. 311), a demora na aprovação da Lei 4.024 de 1961 fez com que esta Lei, quando aprovada, já estivesse obsoleta, porque, entre o tempo da elaboração e do Decreto, o Brasil passou por diversas mudanças em sua economia, deixando a agricultura de lado e se adequando as imposições da industrialização.

O processo educacional no Brasil, em dado momento, é dado em passos lentos. Ainda no ano de 1932, intelectuais já propunham uma educação de qualidade, gratuita e para todos. Na Constituição Federal de 1934 a educação começa a ser compreendida como um direito de todos, dever da família e do Estado, mas somente em 1961 se publica a Lei 4.024, de 1961, que a regulamenta esse direito das crianças. Inicialmente, a Lei 4.024 de 1961, tem como princípios a liberdade e a solidariedade, a educação é um direito e um dever da família e do Estado, descentraliza a educação do Governo Federal e dá autonomia aos estados e aos municípios.

A seguir alguns Artigos da Lei 4.024 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 20 de dezembro de 1961, que fixa:<sup>2</sup>

“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.

Art. 3º O direito à educação é assegurado:

I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor.

Art. 11. A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente lei”.

A Lei 4.024/61 já mencionava a Educação primária em seus Artigos e estipulava que essa fase escolar seria fornecida por escolas maternas ou jardim de infância, sendo oferecido a crianças até sete anos de idade. Vejamos o que diz esta Lei:

“Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância.

Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária”.

Em 1988 uma nova Constituição Federal foi elaborada e promulgada no Brasil e muitos pontos foram modificados nessa nova composição. Segundo Aranha (2011), as principais questões da nova Carta Magna a cerca da educação foram: um ensino público gratuito, ensino obrigatório até o ensino médio, acesso garantido ao ensino pelo estado implicando cobrança das responsabilidades das autoridades competentes; valorização e plano de carreira para os professores; recursos de 18% da União e 25% dos municípios destinados à educação; acesso às crianças de zero a seis anos às creches e pré-escolas e um plano nacional de educação buscando o desenvolvimento de diversos aspectos incluindo o extermínio do analfabetismo no Brasil.

Diante deste novo panorama, a educação nacional começava a tomar a forma que tem hoje, claro que passamos por muitas transformações, lutas e a modernização, que mudaram radicalmente a realidade; mas os primeiros e tímidos passos da democratização da educação foram dados com aquela Constituição Federal. Porém, atualmente, muitas pessoas em nossa sociedade ainda se preocupam com a qualidade do ensino que temos no Brasil, e buscam o desenvolvimento do indivíduo.

Segundo Aranha (2011), com a Constituição Federal de 1988, teve início a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9.394 de 1996, que rege a educação nacional na atualidade, desde seu Decreto foi muito censurada por não garantir a aguardada democratização educacional, e vários outros aspectos polêmicos que não foram refletidos, nem criados ou modificados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394, de dezembro de 1996, de acordo com Alves (1998, p. 29), estabelece no: Art.1 A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Esta Lei busca atingir o indivíduo em todos os âmbitos de sua aprendizagem, seja no meio familiar, seja no trabalho e principalmente no ambiente escolar. Na infância, até os seis anos de idade, esse processo se intensifica porque é

nesse primeiro contato com o ensino que a criança está se descobrindo como pessoa humana e construindo sua identidade e autonomia.

Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2013, p. 81), o acesso às Creches e Pré-Escolas se consolidam como um direito das crianças e um dever do Estado a partir da Constituição Federal de 1988. Nesse momento a Educação Infantil deixa de ser um espaço assistencialista para ser um ambiente de escolarização.

O caráter da Educação Infantil, até a promulgação da Lei 9.394 de 1996, era assistencialista para crianças pobres e de cunho educacional para as crianças da classe média. As mulheres operárias deixavam seus filhos em instituições para serem cuidados, mas a partir desta Lei o educar passou a fazer parte da rotina das Creches e das Pré-Escolas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013, p. 07) refere-se como de responsabilidade do Distrito Federal e dos municípios para proporcionar as crianças a Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, mas é também dever da União colaborar com as mesmas, a fim de que os currículos de maneira a constituir uma base de educação similar a todas as instituições; para que tenham uma rotina clara e se desenvolvam seguras e capazes de realizar as atividades a elas proposta.

A Educação Infantil é a primeira fase da Educação Básica no Brasil, tendo como principal fundamento a formação e construção do indivíduo em sua totalidade, desenvolvendo suas habilidades cognitivas, sua personalidade, seus conceitos e regras morais a partir de suas vivências e das vivências que construirá nas escolas com as relações e interações com os adultos e com as outras crianças.

A função, atualmente, das Creches e Pré-Escolas vai muito além somente do cuidado ou da educação que prepare a criança para o Ensino Fundamental ou para a alfabetização. Essas instituições tem um caráter social, onde prepara a criança para a cidadania e para a formação de indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, que aprendam a respeitar as diversidades culturais, étnicas e sociais.

As reflexões teóricas e práticas do profissional da Educação Infantil ocorrem sempre com a intencionalidade de que a criança possa construir o conhecimento de maneira autônoma; que descubra, por si mesma e pela interação com as outras crianças e com os adultos, os caminhos que possibilitarão seu desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo.

O cuidar e o educar na Educação Infantil estão interligados e precisam ter como base a concepção de que cada criança necessita, por meio do cuidado e da ação pedagógica, criar possibilidades de que aos poucos vai construindo habilidades autônomas a partir dos

cuidados e das atividades propostas pelo professor. Segundo a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2013, p. 89), o profissional dessa modalidade de ensino tem em seu trabalho docente a particularidade de cuidar e educar elaborando iniciativas pedagógicas que promovam a capacidade para que a criança possa se cuidar sozinha.

As crianças de zero a seis anos de idade desenvolvem muitas funções biológicas e fisiológicas, tais como caminhar, correr, entre tantas outras; mas nas instituições de Educação Infantil elas têm a oportunidade, a partir das interações com as outras crianças e com adultos, de se reconhecer como pessoa humana, construir sua identidade diante de como se percebe e de como é percebida pelos outros:

Na etapa da educação infantil, fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças pequenas significa ajudá-las a progredir na definição da própria identidade, no conhecimento e na valorização de si mesmas, tanto pelo que são capazes como por suas limitações. Não é possível elaborar esse conhecimento sem a participação das outras pessoas, mas também é preciso prová-lo autonomamente, em contextos diferentes dos habituais, o que propõe caminhos diferentes e, portanto, novas possibilidades de conhecer-se e de valorizar-se (Bassedas, Huguet, Solé, 1999, p. 66).

A construção da identidade depende das diferenças que a criança percebe entre ela e as outras crianças, suas características pessoais, físicas, sua história de vida, suas vivências.

O RECNEI (1998, 2, p. 39) afirma que a autonomia é propiciada na Educação Infantil por meio de atividades coordenadas, as quais a criança necessita tomar decisões, fazer escolhas que afete a si mesma e aos demais em ambientes de interação, sendo uma possibilidade de exercitar seu autogoverno e cidadania.

A autonomia na Educação Infantil é conquistada por um processo diário de atitudes, ações e decisões que a criança vai sendo estimulada pelo professor a executar; para tanto, a metodologia pedagógica precisa ser planejada de maneira a atingir diariamente o objetivo de desenvolver gradativamente a independência do indivíduo.

Nas Creches e Pré-Escolas a criança precisa ser respeitada e aprender a respeitar, ser incentivada a ações de cidadania, construir sua identidade e conquistar sua autonomia, e a atual Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desde a Constituição Federal de 1988, traz essa perspectiva para Educação Infantil, que é de colaborar para que o desenvolvimento da criança, em sua primeira infância, seja efetivado de maneira plena para que o indivíduo possa progredir nas demais fases da educação.

Neste capítulo refletimos como o processo histórico da Educação Infantil está relacionado com o modo que percebemos e cuidamos de nossas crianças, que o

desenvolvimento da sociedade fez com que essa percepção se transformasse. A preocupação passou a ser com a evolução infantil, com a maneira como a criança constrói sua identidade e como se torna autônoma.

Fizemos um breve levantamento a cerca das Leis que regem a Educação Infantil brasileira e analisamos de que formas essa modalidade de educação concebe a criança, sua identidade, a aquisição da sua autonomia e qual a sua influência no processo histórico de ensino e aprendizagem.

## **2 AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

### **2.1 Identidade e autonomia**

Para refletirmos acerca da aquisição da autonomia na Educação Infantil se faz necessária uma breve definição do que é educação infantil e quais suas concepções quanto ao desenvolvimento integral da criança.

De acordo com o DCNEI (2010, p. 02), a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, ofertada em Creches e Pré-Escolas, espaços não domésticos que podem ser públicos ou privados que zelam e ensinam crianças de 0 a 5 anos em período integral ou parcial. Assim, a Educação Infantil é o espaço no qual as crianças até 5 anos de idade são atendidas por meio de práticas que unem cuidado e ensino buscam proporcionar à criança bem estar físico e desenvolvimento intelectual através de atividades lúdicas, brincadeiras direcionadas, interação com outras crianças, estimulando a criatividade e estimulando o desenvolvimento cognitivo.

Na Educação Infantil a criança tem a oportunidade de brincar, criar, fantasiar, descobrir o mundo que a cerca, se reconhecer como pessoa, perceber suas habilidades e limitações e a partir de suas vivências construir conhecimentos e progredir como indivíduo. Aliando o cuidado na educação, essa modalidade educacional busca o desenvolvimento integral da criança.

O cuidado na Educação Infantil é um aspecto de muita relevância se lembrarmos que a sua criação se deve ao fato de que a criança precisava de um espaço e de alguém que se ocupasse por zelar dela, durante o tempo que seus pais, em especial a mãe, estivessem no trabalho, essa concepção ainda hoje tem grande influência sobre as práticas desenvolvidas nessas instituições.

O RECNEI (1998, v. 1 p. 18) diz que existem práticas que valorizam demais os cuidados físicos, preocupando-se com a fragilidade e super valorizando a dependência da criança que espera passivamente pelo zelo constante, isso provoca rotinas inflexíveis que não respeitam a individualidade infantil diminuindo a oportunidade de independência. Em outras concepções, o cuidado precisa estar aliado ao afeto, a interação e a brincadeiras que estimulem a descoberta.

A prática do cuidado nas intuições de Educação Infantil precisa caminhar juntamente com a intencionalidade de estimular a criança ao posterior auto cuidado, estimulando sua independência aliada ao reconhecimento de si mesma, para que se desenvolva plenamente. O cuidado não pode ser simplesmente um ato mecânico e sem significado para que se ter afeto, para que laços sejam estabelecidos, para que a criança se sinta segura e para que consiga desenvolver todas as suas capacidades intelectuais e emocionais de maneira positiva.

A relação do profissional de Educação Infantil com a criança é outro aspecto importante nessa modalidade de ensino, o professor estabelece muitas vezes uma relação maternal com o aluno o que pode impedir práticas educativas que favoreçam não o conhecimento, mas sim as relações interpessoais.

É necessário que a Educação Infantil possa trabalhar os aspectos físico, emocionais e também os educacionais para que a criança seja atendida em toda a sua totalidade e possa se constituir como um ser social que produz cultura a partir de suas experiências ao longo de todas as transformações que essa fase de sua existência lhe proporciona.

O RECNEI (1998, v. 1, p. 19) defende que proposta educacional constituída na Educação Infantil tem por fundamentos a criança, o educar, o cuidar e a aprendizagem. O principal objetivo, descrito no DECNEI (2010, p. 18), é garantir que a criança tenha acesso ao processo de conhecimento de diferentes linguagens, direito a proteção, ao bem estar, ao respeito, à dignidade, à brincadeira e a interação com outras crianças. Para alcançar tal objetivo se faz necessário que a prática e a teoria caminhem juntas a fim e que toda a atividade proposta e executada em sala com os pequenos o atinjam de maneira integral, propiciando seu pleno desenvolvimento.

## **2.2 Processo de aquisição da autonomia**

Iniciaremos a reflexão acerca de identidade buscando os conceitos, que são os mais diversos desde o significado da palavra até a definição antropológica. A palavra identidade, de acordo como dicionário Aurélio, (2009, p.1066), quer dizer conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa. O nome, a idade, sexo, profissão, defeitos físicos, personalidade. A questão da identidade diz respeito ao eu, traços físicos, personalidade enfim, como se constitui e se reconhece como pessoa. A construção da

identidade está ligada as relações com os outros, a maneira com lidamos com as diferenças e as semelhanças entre os indivíduos.

Nilma Lino Gomes (2005, p. 41) afirma que a identidade não é algo nato do indivíduo, mas se refere a maneira de ser no mundo de se relacionar com o outro. Fatores como referências culturais, os grupos sociais, as tradições familiares são importantes para a formação da identidade. Características pessoais e comportamentais, habilidades e limites faz de cada indivíduo único. Reconhecer a si mesmo é o primeiro passo para a construção da identidade, processo que se inicia na família por meio das relações que a criança mantém desde seu nascimento e posteriormente no espaço escolar.

Segundo Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 67-68), a descoberta de si mesmo está relacionada com a construção da identidade que é o resultado das diversas experiências que a criança tem com o mundo físico e social. Essa construção refere-se ao reconhecimento do corpo de suas habilidades e limitações. Elaborar a identidade requer que o indivíduo perceba seus gostos, preferências, reações e atitudes diante das diversas situações do cotidiano, essa elaboração faz parte da autodefinição e do autoconhecimento que a criança precisa fazer para que possa se reconhecer como único.

Ainda segundo Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 66), na Educação Infantil estimular a aprendizagem e o crescimento dos pequenos é ajudá-los para que possam definir a identidade, no reconhecimento e valorização de si mesmas, tanto por suas capacidades quanto por suas limitações. Construção que só possível a partir do conhecimento do outro, oportunizando situações novas, de interação, de diferenciação dos demais e valorização de si mesmo.

O espaço escolar da Educação Infantil precisa criar situações que estimulem as crianças a reconhecer suas preferências, seus traços físicos, suas habilidades e as diferenças existentes entre ele e o outro, por meio dessas interações, pois é a partir do outro que se pode identificar o próprio eu.

De acordo com o filósofo Mikhail Bakhtin:

Na vida, o que nos interessa não é o todo do homem, mas os atos isolados com os quais nos confrontamos e que, de uma maneira onde outra, nos dizem respeito. E, como veremos mais adiante, é ainda em nós mesmos que somos menos aptos para perceber o todo da nossa pessoa. (Bakhtin, 1997, p. 26, 27).

É através do que enxerga no outro que o indivíduo constitui sua identidade, por meio das reações do outro que a criança vai construindo sua conduta e suas ações diante das diversas situações que se apresentam no cotidiano escolar, familiar na sociedade. Por esta



razão se justifica que na etapa da Educação Infantil seja propiciada de forma regular a interação das crianças seja por brincadeiras dirigidas, atividades coletivas ou até mesmo por tempo livre que tenham umas com as outras.

Para o RECNEI (1998, p. 13), identidade trás a ideia de distinção, tendo início no nome e chegando na história social de cada um. É um processo de construção que se dá por meio das interações onde a criança imita e se opõe ao outro para diferenciar se .

Ao ingressar na Educação Infantil a criança tem a oportunidade de se reconhecer como indivíduo, se torna gradativamente capaz de tomar decisões e executar pequenas tarefas que antes não conseguiria. Nessa fase educacional a criança começa a construir a própria identidade e a partir dessa construção vai se tornando autônoma.

Autonomia e identidade caminham juntas na Educação Infantil, por meio de atividades que criem situações que inicialmente lhe permitam reconhecer a identidade e por meio de reconhecimento sentir se segura para explorar suas habilidades, identificar suas possibilidades e limites.

Segundo Silveira et al. (2010, p.196), a palavra autonomia tem origem do pronome grego autos que quer dizer: (próprio, a si mesmo), com o substantivo nomos que significa: (lei, regra, norma), que tendo o significado da capacidade que cada indivíduo tem de se auto governar, de criar suas leis e erguer os princípios que dirigem suas atitudes.

A competência de dirigir as próprias ações por meio de regras previamente estabelecidas, dá à criança a oportunidade de se desenvolver de maneira integral e de construir sozinha suas opiniões e percepções sobre ela mesma, sobre as pessoas e o ambiente que a cerca.

Ainda na infância a criança necessita ser estimulada a realizar pequenas tarefas sozinha, aos próprios movimentos na direção de um objeto já constitui a construção da autonomia, que com o passar do tempo se desenvolve ate que a criança não somente execute suas ações mas as realize de maneira consciente.

Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 21) apontam que a autonomia é um processo do desenvolvimento humano no qual a capacidade humana dá saltos que leva da condição de extrema dependência para a independência. Ao nascer o bebê é totalmente dependente da mãe para sobreviver, com o tempo o pequeno inicia seu caminho na descoberta de mecanismos que possam ajudá-lo a desenvolver sua pequena independência da figura materna, segurar um objeto já indica que a criança está alcançando pequenos passos rumo a sua autonomia.

A cada fase do desenvolvimento, a criança vai obtendo progressos no sentido de se tornar menor a intervenção do adulto na manutenção de sua sobrevivência. Conquistas como sentar e caminhar promovem no bebê a curiosidade em explorar novos espaços, o que favorece descoberta de si mesmo, dos outros e do lugar onde vive.

Segundo Goldschmied e Jackson (2006, p. 131), nos primeiros anos de vida a criança passa da total heteronomia para uma relativa autonomia isso se torna possível por meio do movimento e da manipulação. Cada criança tem o próprio ritmo no progresso dessas funções e esse avanço vai depender do modo como os adultos de sua convivência reagem a essa evolução e da qualidade dessas relações. O processo de autonomia passa por uma enorme evolução desde o nascimento até os dois primeiros anos de vida. Nessa fase a criança se desenvolve principalmente pelo movimento e a manipulação, pois esses dois aspectos dão à criança uma certa liberdade de ação.

Juntamente com esses fatores acima citados, a construção da autonomia depende ainda da maneira como os cuidadores da criança encaram sua evolução e do nível de qualidade em que essa relação se mantém. Isto é, o desenvolvimento autônomo pode ser favorecido ou não pelos adultos a sua volta. Identidade e autonomia se desenvolvem em conjunto, pois para que a criança consiga executar qualquer ação ela necessita conhecer suas habilidades e limitações para que dessa maneira possa evoluir com segurança.

De acordo com Oliveira (1900, p. 36), Vygostky aponta a existência de mediadores entre o indivíduo e o mundo, esses mediadores que também são chamados símbolos, auxiliam o homem relacionar cada objeto com o mundo e, a partir dessa relação, se tornar capaz de entender cada objeto e de que modo operar sobre ele.

No processo de desenvolvimento a criança vai construindo símbolos em que relaciona os objetos, isto é, a imagem que cada objeto carrega, esse artifício possibilita a criança aprender como manipular cada objeto e projetar sua ação motora sobre ele. Essa imagem simbólica de cada objeto auxilia a criança não somente na autonomia de executar a ação diante de um determinado objeto mas também reflexão sobre como executar sua ação sobre o objeto. O pensar sobre a realização de cada ação estimula a criança projetar cada atitude e isso lhe trás segurança para ir cada vez mais longe em suas aquisições.

Freire (1996, p. 76) reflete que a constatação do mundo e de tudo que existe ao redor do individuo o torna consciente da possibilidade de intervenção da realidade e esta descoberta amplia as possibilidades na geração de novos saberes.

Quando a criança se reconhece capaz de intervir na realidade seja no simples fato de se movimentar, de brincar, de realizar qualquer atividade sozinha por menor que seja a faz sentir capaz de descobrir novos conhecimentos, lhe possibilita a identificação de si mesma.

A construção da identidade e a aquisição da autonomia estão intimamente ligados, um processo depende do outro desse modo a Educação Infantil se faz uma importante ferramenta para o desenvolvimento pleno de ambos.

### **2.3 Autonomia na Educação Infantil**

Ao ingressar na Educação Infantil, a criança se depara com um mundo de descobertas e desafios. E a aquisição da autonomia é um dos pontos fundamentais das propostas curriculares dessa fase educacional.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013, p. 87) fala em seus princípios básicos que as instituições de Educação Infantil precisam, por meio das atividades propostas, possibilitar que as crianças escolham as brincadeiras, tenham liberdade para que possam cuidar de si mesmas e de seus pertences para que possam conquistar a autonomia.

Nas instituições de Educação Infantil as crianças precisam ter a oportunidade de escolha, ser estimulada desde cedo a cuidar de si mesma e aprender de maneira simples e natural. A criança precisa sentir-se segura e confiante para que prossiga em suas descobertas a cerca de si mesmo e do outro para que possa gradativamente tornar-se autônomo.

A escola como espaço de construção de saberes deve estimular o autoconhecimento para que o educando possa identificar suas capacidades e dificuldades e agir de acordo com elas, aprendendo a pensar sobre cada ação que executa. Que consiga identificar diferenças, crescer com as semelhanças, desenvolvendo atitudes de respeito e de colaboração com os outros.

A aquisição da autonomia na Educação Infantil se dá por meio de várias práticas educativas que favorecem o autoconhecimento, tais como a interação, o mínimo conhecimento da instituição, o reconhecimento da rotina da turma onde está inserida, o acesso facilitado aos materiais pedagógicos e, finalmente, um professor que conheça os alunos e possa propiciar por meio de sua metodologia o desenvolvimento autônomo de cada um.

Segundo o RECNEI (2002, p. 39), a progressiva independência do aluno na execução de algumas atividades pode não garantir a autonomia, mas é condição para sua

aquisição. Permitir que a criança participe das decisões dentro de ações da escola, que conheça toda a rotina de sua turma, as relações de interação com as outras crianças e adultos, os brinquedos e outros utensílios pedagógicos a disposição para facilitar o fazer sozinho e o professor que conheça habilidades e limites de cada um oportuniza a obtenção da autonomia.

Todas essas ações sistematizadas ligadas as diversas situações de interação das crianças com adultos e com outras crianças favorecem a aquisição da autonomia na Educação Infantil. Nessa fase educacional a criança precisa ainda sentir-se acolhida e segura para que possa construir vínculos afetivos com o professor, com os colegas para aprender a ajudar e receber ajuda, trabalhar em equipe e tomar suas próprias decisões, compreender que existem muitos desafios a serem superados e que alguns demoram um pouco mais a ser ultrapassados.

Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 135) comentam que as crianças não aprendem somente o saber ou o fazer, mas também que podem ajudar e receber ajuda para realizar com sucesso algumas atividades, que podem contar com o afeto das pessoas; assim como podem demonstrar afeto, todo esse processo de descobertas ajudam na constituição da autonomia.

Para o seu pleno desenvolvimento o indivíduo necessita conviver com os demais porque a partir dessa convivência ele descobre o quanto as relações interpessoais o ajudam a realizar as atividades cotidianas, que toda interação que mantém trás um crescimento autônomo imenso, pois a através da observação do outro a criança se apropria de suas próprias ações.

A interação no processo de aquisição da autonomia é um instrumento fundamental para que a criança sinta-se apta a realizar as mais diversas tarefas. Antes de se constituir autônomo o indivíduo busca definir o seu espaço, reconhecer quais as limitações impostas por aquele ambiente onde está inserida.

De acordo com Vygotsky (2011, p. 12), anteriormente ao controle de sua conduta a criança procura controlar o meio ao seu redor para que possa organizar seu comportamento e construir novas relações com o meio. Na Educação Infantil a criança ingressa em um processo intenso de descoberta explorando o espaço onde brinca, as pessoas com quem tem contato, para que a partir dessas definições possa elaborar seu comportamento.

Para que a criança consiga estabelecer um paralelo entre comportamento e ambiente precisa conhecer o ambiente as possibilidades de exploração que ele oferece para que sinta se segura em tomar decisões e atitudes que lhe convier.

É necessário que o educador dessa fase crie situações de certa dificuldade para que a criança comece a lidar com suas limitações de forma positiva e mesmo que a reação

infantil seja negativa a intervenção do professor seja no sentido de estimular a consciência da capacidade de criar novas resoluções para suas limitações. Essa consciência de que podem existir novas possibilidades para solucionar ou ultrapassar limites faz com que a criança vá desenvolvendo um outro tipo de autonomia que diz respeito formulação crítica do indivíduo. Nesse sentido, Freire (1996, p. 29) aponta que estimular a autonomia crítica do indivíduo requer do professor o comprometimento com o discernimento crítico do aluno, pois se trata de um processo gradativo.

Por sua vez o educador necessita ter consciência do seu papel enquanto mediador de conhecimento para que possa associar a construção da identidade e a aquisição da autonomia não somente como aptidão de executar determinadas atividades do seu cotidiano, mas também a capacidade de pensar sobre essa ação.

Estimular a construção da autonomia crítica nas crianças ainda na Educação Infantil faz com que desde cedo se inicie a evolução no que diz respeito ao pensamento reflexivo acerca de si mesmo, do outro e da sociedade onde está inserido.

Vigotsky (1987, p. 107) vai dizer que o aprendizado é um importante instrumento para a construção de conceitos acerca de diversas situações cotidianas, é também uma energia fundamental que direciona o desenvolvimento. A construção dos conceitos e do conhecimento podem e devem formar no indivíduo a consciência desde a sua infância para refletir sobre as consequências de suas atitudes, sejam elas negativas ou positivas. Despertar na criança a reflexão acerca das várias situações vivenciadas por ela desenvolve não somente a autonomia de executar sozinha atividades, mas também a capacidade de agir de maneira autônoma nas decisões da própria vida e nas várias transformações que pode elaborar a partir dessa autonomia crítica.

Freire (1996, p. 41) explicita que a prática educativa crítica tem por principal objetivo fazer com que o educando, por meio das relações, possa perceber-se como um sujeito social e histórico, alguém com pensamentos próprios, capaz de transformar, de se comunicar, de criar. E que assumir-se capaz não significa excluir os demais.

No espaço da Educação Infantil essa proposta destacada por Freire é efetuada através das atividades de recreação com os outros, quando uma criança é estimulada a reconhecer seus limites e os do colega, quando é advertido por alguma atitude de agressividade com as outras crianças e até mesmo com o Educador.

A educação Infantil busca trabalhar a construção da identidade e a aquisição da autonomia de maneira interligada, onde uma coisa conseqüentemente levará a outra. A

aquisição da autonomia infantil será efetuada no momento em que a criança tiver noção de quem é, de suas características, habilidades e limites.

Segundo Vries e Zan (1998, p. 137), o apelo para que as crianças constituam regras e decisões é a maneira que o educador pode diminuir a heteronomia e alargar autonomia, o estabelecer normas representa uma eficaz oportunidade para que as crianças exercitem a autonomia.

Na faixa etária da Educação Infantil, as crianças vivem uma autonomia chamada moral que diz respeito a observação de regras estabelecidas por alguma figura das relações da criança geralmente os pais ou os professores. E dizem respeito a normas de condutas comportamentais que a criança geralmente obedece por ser tratar de algo fixado por alguém que exerça sobre ela autoridade.

A autonomia aplicada na Educação Infantil tem por objetivo criar e estimular a criança na tomada de decisões, escolhas próprias, respeitando as regras estabelecidas por cada família e pela sociedade; levando a criança a refletir sobre sua atitudes e decisões. Considerando cada criança com indivíduos com vontades e competência.

O RECNEI (1999, p. 14) tem como concepção a cerca da autonomia aplicada nas instituições de Educação Infantil que educar para autonomia quer dizer respeitar as individualidades e capacidade de cada um, compreender que cada criança pode interferir no meio em que vive exercitando o autogoverno em suas ações, ideias e valores.

Na Educação Infantil a criança é vista com um ser social repleto de habilidades e capacidades a serem desenvolvidas daí a importância de estimular a construção da autonomia; mas não somente aquela restrita a execução de movimentos e ações ou sobre a obediência as regras morais mas é constituir a autonomia crítica reflexiva despertando a consciência de intervenção na sociedade.

Freire (1996, p. 77) reflete a respeito da autonomia que torna o indivíduo capaz de intervir na realidade, missão complexa, mas que gera conhecimentos novos e não simplesmente se habitua a ela. A autonomia requer do indivíduo uma decisão de escolhas e intervenções. A autonomia crítica e reflexiva a qual o autor se refere diz respeito a criar situações que propiciem a criança a refletir sobre as próprias ações e sentir se capaz de intervir quando necessário.

As reflexões sobre as próprias ações e decisões faz com que as crianças sintam se motivadas a aprender, a descobrir o novo e dessa maneira o processo de ensino aprendizagem acontece de forma simples e significativo.

Segundo Oliveira (1990, p. 60), Vygostky refere-se a zona de desenvolvimento proximal como ação ou atividade que a criança consegue realizar hoje com a ajuda de alguém conseguirá realizar amanhã sozinha. Nesse sentido, é importante estimular a aquisição da autonomia na Educação Infantil, porque o que hoje a criança não consegue fazer sozinha pode realizar por meio da interação com os outros e posteriormente realizar sem auxílio algum. Desse modo, o desenvolvimento é alcançado integralmente preparando o sujeito para as mais diversas situações cotidianas. A Educação Infantil, como a primeira etapa da educação básica, tem como fundamento o desenvolvimento pleno do sujeito e instigar o desenvolvimento da autonomia faz parte desse processo.

## **2.4 Metodologia**

O presente trabalho tem por Metodologia a pesquisa qualitativa que busca por meio do estudo de caso e entrevista semi-estruturada investigar como acontece o processo da aquisição da autonomia na Educação Infantil. A pesquisa de campo foi realizada em uma instituição escolar situada em Luziânia – Estado de Goiás, onde esta modalidade educacional é oferecida.

A metodologia aqui descrita se propõe a indicar os passos ou caminhos percorridos na investigação do objeto, cada etapa da coleta de dados foi criteriosamente elaborada no sentido de construir conhecimentos a cerca da temática proposta.

Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 92), a pesquisa deve analisar o tema selecionado observando todos os aspectos que possam influenciar o seu resultado final. É necessário examinar cada detalhe dos dados coletados para que se possa chegar aos resultados corretos, para que a pesquisa seja validada. A observação do objeto é o para a investigação no caso da temática proposta notar como acontece a aquisição da autonomia na Educação Infantil.

Severino (2013, p. 119) diz que diversas pesquisas podem utilizar a abordagem qualitativa por que esta modalidade de pesquisa tem por fundamento a observação das características específicas do objeto. A abordagem qualitativa pode ser usada em várias pesquisas pelo seu caráter de observar a organização do objeto, seus significados e novas informações a cerca do assunto em questão.

A pesquisa qualitativa foi escolhida para a validação deste trabalho, por se tratar de um assunto que requer maior atenção aos detalhes do desenvolvimento da autonomia

infantil no olhar do educador onde a abordagem qualitativa se adéqua por se preocupar com a complexa conduta humana. A aquisição da autonomia infantil passa por diversas fases de desenvolvimento. Portanto, requer maior atenção aos aspectos apontados ao longo da pesquisa. Para tanto, se faz necessário a observação e o estudo mais profundo a cerca desse processo.

Para Severino (2007, p. 121), o estudo de caso emprega significado e representação da investigação de um caso em particular, para isso a coleta de dados precisa ser executada com muito rigor. O estudo de caso busca, a partir de cada estudo particular, promover maior significado e para isso a coleta de dados deverá ser realizada seguindo todos os procedimentos propostos pela pesquisa de campo para que a análise seja formulada de forma adequada. Para que a coleta de dados tenha representação no trabalho se faz imprescindível o uso da entrevista, para que se estabeleça uma relação entre o que dizem os autores a cerca da autonomia e o que dizem os educadores a cerca da prática que acontece no ambiente escolar.

Marconi e Lakatos (2003, p. 195) dizem que a entrevista é um encontro para que se construa uma ponte entre os conhecimentos das pessoas e uma troca de informações a respeito de um assunto ainda um importante instrumento para a veracidade de uma investigação científica no campo das ciências sociais. Assim, a entrevista é uma ferramenta eficaz na efetivação da pesquisa de campo, pois trás ao pesquisador uma visão diferente a respeito do problema ou objeto pesquisado. Cada informação obtida na entrevista trará maior confiança ao estudo.

A rigorosa realização dos procedimentos acima citados trará a presente pesquisa a condição para que a análise bem como toda a investigação a cerca do tema colabore para sua maior compreensão



## **3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE CAMPO**

### **3.1 Escola Municipal Dona Nenzica**

A seguir apresentaremos a escola onde foi realizada a pesquisa de campo realizada para este trabalho. Este texto mostra a organização social da escola, sua equipe gestora, professores e demais funcionários, seu espaço físico bem como seus princípios e objetivos norteadores. O texto tem por finalidade demonstrar que a instituição atende as crianças de 0 a 5 anos, com a modalidade educacional de Educação Infantil; assim, o local é adequado à observação, coleta de dados que a pesquisa se propõe.

A Escola Municipal Dona Nenzica localiza-se na Rua São Benedito n° 25, Centro, Luziânia–Goiás. Luziânia é uma das cidades mais antigas de Goiás, fundada em 13 de dezembro de 1746 pelo bandeirante Antônio Bueno de Azevedo que, enquanto descansava as margens de um córrego, notou que no leito do rio haviam pepitas de ouro. No dia seguinte ergueu um cruzeiro no qual dedicou a Santa Luzia, e o povoado cresceu tão rápido que em um ano, o arraial contava com mais de 10.000 pessoas. Luziânia é um município brasileiro do estado de Goiás, é o quinto município mais populoso do Estado, com uma população estimada em 191.139.000 habitantes conforme IBGE; ficando atrás apenas da capital Goiânia e dos municípios de Aparecida de Goiânia, Anápolis e Rio Verde. No entanto, é pertencente também a Região do Entorno do Distrito Federal, em razão de sua proximidade com a capital federal (58 km). Seu maior símbolo histórico é a Igreja Nossa Senhora do Rosário, remanescente do século XVIII, onde guarda vários objetos e contextos históricos.

Esta escola tem como modalidade educacional a Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação do município de Luziânia, buscando atender as demandas da sociedade dos arredores que não contava outra instituição de atendimentos as crianças. Inicialmente, as crianças eram recebidas em período integral, mas com poucas crianças contempladas, privilegiando somente crianças cujas mães trabalhavam fora, depois de algum tempo esse quadro se modificou e o número de crianças aumentou, mas em meio período. Hoje, esta instituição atende crianças de 6 meses a 2 anos de idade em tempo integral (berçário); de 2 a 3 anos e meio período parcial, Creche e também Pré-Escola para crianças de 4 a 5 anos.

A organização administrativa da Escola está disposta da seguinte maneira:

Diretora: Carla Cristina Ferreira Ribeiro. Supervisora Pedagógica: Geisiane Ribeiro dos Santos. A escola atualmente dispõe de um espaço com três áreas sendo divididas em: Área I: Diretoria; salas de 1 a 4; Creches I e II; Sala 5: Sala dos professores; Depósito de materiais de papelaria e 2 Banheiros. Área II: 4 salas de Educação Infantil I e II; 2 Banheiros. Área III: Creche Integral (berçário crianças de 06 meses a 2 anos); Banheiro; Depósito de materiais pedagógicos; Sala de TV e Dormitório. A escola dispõe ainda de duas áreas de recreação.

A escola tem um corpo docente de 16 professores, divididos nos turnos matutino e vespertino e 1 assistente de educação. A equipe de suporte da escola é composta por cinco manipuladores de alimentos, sete serventes de limpeza e dois agentes de portaria.

A escola busca atender as necessidades sociais das educandos e de seus pais dando suporte para que a criança possa se desenvolver de maneira plena, mesclando cuidado e educação, promovendo crescimento intelectual, cognitivo e autônomo do indivíduo.

Sobre esses aspectos, busca-se a melhoria da qualidade do ensino ministrado nesta escola e no município, onde tal esfera social empreende parcerias significativas com órgãos competentes favorecendo a formação continuada dos professores, que por sua vez, favorece os encontros pedagógicos mensais para a discussão das teorias e práticas pedagógicas que circundam o saber.

Esta Escola Municipal tem como missão favorecer o desenvolvimento integral das crianças, através de parcerias com a Secretaria Municipal de Educação de Luziânia - SMEL, comunidade escolar, pais, professores e servidores, respeitando a fase da criança dentro de cada faixa etária, valorizando o brincar e norteando os conteúdos e disciplinas com atividades lúdicas e prazerosas.

Assim, Freire (1994, p. 39-40) ressalta que:

A criança que brinca com liberdade, podendo decidir sobre o uso de seus cognitivos para resolver os problemas que surgem no brinquedo, sem dúvida alguma chegará ao pensamento lógico de que necessita para aprender a ler, escrever e contar. De forma alguma se justifica que a criança tenha de ser privada de seu direito de ser feliz.

As explicitações sábias deste autor deixam a mostra que a identidade e a autonomia da criança são formadas nessa etapa, e que a liberdade de seus atos a levará a se tornar um cidadão consciente e que seus pensamentos evoluam para que seus atos sejam pensados e melhor administrados e, conseqüentemente, os levarão a sua realização plena em todas as esferas da vida.

Sabe-se que a educação é um processo contínuo que se faz através da interação com o outro e com a cultura; interações que se dá em todos os aspectos, tanto no meio natural, físico, social, tecnológico e espiritual. Faz-se necessário, portanto, que fundamentalmente os educadores empenhem-se para a efetivação dos valores, construção de hábitos e atitudes que favoreçam o desenvolvimento integral da criança e também para que cresçam cidadãos conscientes.

Diante dos princípios e missão escolar a instituição tem por objetivos: (a) Promover a sensibilização do meio escolar em suas atividades que possibilitem a educação integral, nos aspectos: social, afetivo, cognitivo, motor e global; (b) Favorecer o desenvolvimento cognitivo, através de parceiros com a comunidade escolar e pais; (c) Adequar o conteúdo curricular do município à realidade dos alunos; (d) Desenvolver projetos voltados para a promoção da cidadania, estimulando as crianças a perceberem-se parte da sociedade e corresponsáveis nas transformações do ambiente; (e) Possibilitar a interação com a cultura local, através de festas e eventos culturais; (f) Administrar recursos financeiros (PDDE e PROAFEM) de forma clara e transparente; (g) Promover a Gestão Democrática por meio da participação do Conselho Escolar nas ações e decisões importantes da Escola e, (h) Realizar eventos que envolvam pais e comunidade escolar para realização de melhorias do ambiente escolar.

Esta escola visando o bom andamento do processo de desenvolvimento de seus alunos, transformando e melhorando as oportunidades, favorecendo a formação de valores e construção de conhecimentos necessários à vivência cotidiana.

Por dar ênfase ao valor cultural trazido de cada aluno, esta escola busca, por meio de atividades lúdicas e da diversidade, aliar teoria e prática, utilizar os conhecimentos aprendidos na resolução de problemas do cotidiano.

As metas e objetivos traçados anteriormente nortearão ao alcance e realização das atividades propostas, baseadas nos princípios: (a) Democratização da Gestão Escolar – poder de decisão coletiva; (b) Articulação e Democratização das ações pedagógicas; (c) Corresponsabilidade no planejamento e execução deste projeto com base em avaliação diagnóstica – *Feedback*; (d) Garantia de comunicação clara e objetiva; (e) Observância do comportamento ético e solidário nas relações interpessoais na escola; (f) Reuniões mensais com Conselho Escolar; (g) Integração da comunidade escolar com questões atuais e orientações através de palestras, reuniões e informações escritas e, (h) Participação da comunidade escolar nos projetos e inclusão;

A avaliação consiste num processo de observação, investigação e reflexão constante da ação pedagógica, objetivando as intervenções necessárias no espaço da Educação Infantil. Nesta concepção, o ato de avaliar significa analisar e pensar a prática dentro de uma perspectiva que promova e facilite o processo de apropriação e construção do conhecimento.

No processo avaliativo as atenções devem estar voltadas para o desenvolvimento, a aprendizagem e avanços. O assunto na avaliação deve ser intelectual e não comportamental, nesse sentido, o professor deve conhecer a trajetória da criança, “de onde ela partiu? Que caminho percorreu para fazer tais descobertas? Quais as perguntas, dúvidas, comentários, como reagiu a conflitos emocionais e cognitivos? Qual o papel do professor nestes diferentes momentos? Dessa forma a observação, a reflexão teórica e a intervenção pedagógica são ações avaliativas que, articuladas, acabam por configurar-se nos relatórios de avaliação.” (HOFFMANN, 1996).

Portanto, a avaliação, enquanto mediação, insere-se no processo educativo como um instrumento de reflexão que auxilie o professor a tomar consciência das mudanças. É preciso insistir que a natureza de um relatório de avaliação não é o de apontar o que a criança é ou não é capaz de fazer. Os relatórios feitos semestralmente devem apontar os caminhos percorridos pelas crianças na construção do conhecimento e como o professor pode contribuir nessa construção.

Assim, optou-se por adotar como instrumento para este tipo de avaliação o registro pelos professores através de fichas de diagnóstico e relatórios. Esses relatórios são realizados de forma processual, acontecendo diariamente para que possa ser acompanhado o desenvolvimento dos alunos, ou seja, com aplicabilidade desses relatórios é possível intervir com mais precisão nas dificuldades encontradas pelos alunos, onde a mesma tem amparo legal na LDBEN, n° 9.394, de 1996.

### **3.2 Descrição e análise da pesquisa**

A entrevista semiestruturada foi o instrumento escolhido para a realização dessa pesquisa, aplicada na Escola Municipal Dona Nenzica situada em Luziânia no estado de Goiás. Trata-se de uma instituição que atende crianças de 0 a 5 anos de idade, portanto uma escola de Educação Infantil.

Para a execução desta pesquisa foi solicitada autorização da diretora e supervisora da escola. Durante uma conversa a cerca do tema da pesquisa, as responsáveis pela escola

puderam ter contato com o conteúdo do trabalho bem como com o questionário da pesquisa. Após a autorização, as perguntas foram deixadas na sala dos professores para que os mesmos pudessem analisar e posteriormente responder as questões. No dia seguinte as professoras foram novamente procuradas para a efetivação da entrevista previamente analisada.

Foram abordadas oito (08) professoras do período matutino. Destas sete (07) se recusaram a responder as questões e nem mesmo conversar sobre o tema da pesquisa informalmente. Os motivos da recusa descritos pelas educadoras foram: falta de tempo, desinteresse pelo referido assunto e dicotomia existente entre teoria e prática para as docentes.

Foram abordadas também oito (08), professoras do período vespertino, destas oito (08) assim como no período matutino somente uma (01), se mostrou receptiva a responder a entrevista ao serem questionadas a respeito da recusa os motivos apontados foram os mesmos das educadoras anteriormente procuradas. Das educadoras solicitadas para responder a pesquisa todas exercem o magistério há mais de 2 anos e todas atuam há pelo menos a 1 ano na educação infantil com crianças na fase de desenvolvimento da autonomia.

A primeira professora a responder a entrevista é Graduada em Pedagogia e Pós-Graduada em Orientação Educacional. Esta professora é efetiva nesta unidade de ensino há 20 anos, onde sempre ministrou aulas para crianças de 0 a 5 anos. Neste ano, ela está atuando em uma turma de Creche, onde as crianças têm de um ano e meio a três anos de idade.

A segunda professora disposta a responder as questões é graduada em Pedagogia; Trabalha na instituição há mais de 15 anos, atualmente atua em uma turma de Educação Infantil I com crianças de três e quatro anos de idade.

Ao iniciarmos as entrevistas, as educadoras foram informadas sobre a temática do trabalho de pesquisa bem com os objetivos do mesmo. Ao serem questionadas sobre a importância da autonomia na Educação Infantil a primeira professora disse:

*Que a autonomia é sim muito importante na Educação infantil e que precisa ser trabalhada pelo professor diariamente independente de projetos desenvolvidos pela escola ou por estimulação em sala de aula.*

A segunda professora disse ser *importante a autonomia na Educação infantil, é um processo que precisa ser desenvolvido a partir das vivências em sala de aula.*

Vygotsky (1998, p. 110) aponta que a aprendizagem na idade pré-escolar se dá de forma diferente da fase dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois na pré-escola a criança aprende por meio de imitação e observação do que os outros fazem. É uma fase onde a criança aprende o nome dos objetos, dos ambientes enfim de tudo que vivência. Para

Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 25), a criança aprende por meio de experiência com objetos e também por vivenciar determinadas situações.

A cerca da importância da autonomia na Educação Infantil, as entrevistadas concordaram com os autores, acima citados, onde dizem que as crianças aprendem por meio das situações vividas diariamente seja no espaço escola ou fora dele. As professoras fazem ainda uma referência de que autonomia precisa ser trabalhada diariamente em sala de aula. É o que pode ser observado no projeto a respeito da importância de estimular as crianças a executarem tarefas sozinhas, atividades corriqueiras sem aparente valor no universo adulto, mas que para a criança pode possibilitar um avanço em suas habilidades.

Na segunda questão das entrevistas as professoras foram questionadas de como acontece a aquisição da autonomia na Educação Infantil. A primeira professora apontou a interação com os colegas de maneira espontânea como um vê o outro fazer e faz também, e que isso acontece por meio da socialização das crianças. A segunda professora afirmou que *a interação e as brincadeiras estimulam a autonomia assim como o comportamento das outras crianças também possibilita a construção do próprio comportamento e da autonomia*. Oliveira (1997, p. 57) aponta que Vygotsky diz que o indivíduo se desenvolve em um ambiente social e que a interação é fundamental para o seu crescimento pleno. Assim, a interação é um instrumento fundamental para que o educador possa estimular a autonomia na Educação Infantil.

Oliveira (1997, p. 64) comenta ainda que Vygotsky considera interessante a maneira como as crianças aproveitam as interações sociais para a obtenção das mais diversas informações. As crianças usam de todas as oportunidades para construir seu comportamentos, desenvolver suas habilidades e executar sozinha as atividades que ela mesma decidir.

A aquisição da autonomia na Educação Infantil acontece por meio das situações de interação das crianças com as outras crianças nas quais identifica na observação do outro o que ela ainda não é capaz de fazer e o que já executa com facilidade.

A terceira questão que foi indagada para as professoras diz respeito como o educador pode ajudar no processo de autonomia das crianças na Educação Infantil. A primeira professora pensa que *o educador pode conduzir a criança na aquisição da autonomia por meio de atividades que possam facilitar suas ações, promovendo atividades com corda e com bolas, favorecendo a socialização de todas as crianças*. A segunda professora diz que *as atividades lúdicas, os jogos e as brincadeiras dirigidas, dando a oportunidade da criança*

*fazer fazendo. Fala ainda que a criança precisa executar suas próprias atividades como ir ao banheiro sozinho, pegar seu lanche e se cuidar.*

Segundo o RECNEI (2002, p. 41, 49), o professor pode distribuir tarefas para que as crianças organizem a sala como um espaço artístico, pode ainda solicitar que arrumem as mesas para as refeições e peguem o próprio lanche. O educador precisa, ainda de acordo com o RECNEI, ofertar atividades diversificadas que estimulem a escolha da criança, atividades como pintar, cantar, ouvir músicas, jogos com regras favorecem o desenvolvimento da autonomia.

O professor que atua na Educação Infantil, além de todo conhecimento teórico e prático que se espera de um educador, necessita de um olhar crítico e explorador para que consiga perceber cada pequeno; onde cada um consegue chegar ou não para que possa criar situações que ajudem a todos a desenvolver a autonomia.

Atividades como brincar ao ar livre com bola, corda, executar tarefas de ajuda aos colegas e ao professor. Ir ao banheiro sozinho, pegar o próprio lanche, dá à criança a opção de escolher, de decidir e isso proporciona atitudes e ações cada vez mais autônomas.

A quarta questão apresentada às professoras comenta a cerca da autonomia crítica e cidadania estimulada na Educação Infantil e de que maneira o professor pode contribuir nesse processo. A primeira professora disse que *a autonomia crítica pode sim ser desenvolvida na Educação Infantil por meio conversas, leitura para as crianças de textos, contos, fábulas podem ajudar na construção da autonomia crítica.* A segunda professora afirma que *a autonomia crítica deve ser estimulada desde um início da escolarização da criança e pode ser estimulada por meio da roda de conversa, com os limites e regras. Mostrando inicialmente as regras da escola e posteriormente as da sociedade, colocando para as crianças que ninguém pode fazer o que quer ou tem vontade.*

Freire (2005, p. 32) afirma que a mudança da ingenuidade para a criticidade não acontece automaticamente, mas por meio de práticas educativas que estimulem a curiosidade descontente e inquieta. Assim, a autonomia crítica não é um processo que se dá de maneira espontânea, mas necessita ser estimulada por meio de práticas educativas que proporcionem que o educando sinta curiosidade de saber e entender como as coisas funcionam e por que funcionam desta ou daquela maneira cabe ao professor criar oportunidades para que isso ocorra.

As entrevistas foram finalizadas com as professoras e se as mesmas tinham algo a acrescentar as suas falas acerca do tema de pesquisa, as educadoras afirmaram não ter nada acrescentar.

Esta pesquisa efetuada na Escola Municipal Dona Nenzica foi um experiência de um crescimento intelectual enorme, porque tive a oportunidade de observar a prática educativa das professoras bem como a maneira como as crianças interagem entre si e com as professoras. As considerações das docentes foram fundamentais para a complementação bem como para obtenção das respostas dos objetivos propostos pelo projeto.

A recusa da maioria das professoras da instituição me deixaram inquieta quanto a relação estabelecida entre teoria e prática de que caminham totalmente separadas, aspecto que não foi apontado pelas considerações das professoras que responderam a entrevista.

No aspecto geral, a fala das professoras que aceitaram participar da entrevista mostrou a relevância do tema bem como a importância do estímulo para que o processo de aquisição da autonomia seja efetivado com sucesso; e as crianças ao ingressarem no ensino fundamental possam sentir-se seguras para seguir sua jornada educacional.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos a respeito da aquisição da autonomia nos deparamos com questões desafiadoras e complexas. Logo, ao conceituarmos o que é autonomia nos damos conta da importância de se estimular a autonomia ainda na infância. Autonomia quer dizer executar sozinho atividades cotidianas, tomar atitudes por si mesmo, escolher o que melhor lhe parecer para se autogovernar. No entanto, autonomia é tudo isso e muito mais, é também se conhecer, saber seus limites e habilidades, é refletir a cada escolha e decidir que atitudes tomar.

Ao longo desse projeto de pesquisa refletimos muitos aspectos inerentes à criança e um deles foi a infância. Na antiguidade, a criança não era vista como uma pessoa que necessitava de cuidados e atenção, era vista como uma miniatura dos adultos, sua vida ou sua morte tinham pouco significado. No século XVII essa realidade passou a mudar e as crianças passaram a receber um olhar especial seu desenvolvimento e bem estar passou a ser questões muito discutidas por toda a sociedade.

Com essa nova percepção a respeito da criança, acima citado, o cuidado com os pequenos passou a ser uma tarefa quase que exclusiva das mulheres. Mas com a industrialização mundial, muitas mulheres precisaram sair de casa para trabalhar, sua mão de obra era muito necessária. Nesse momento uma nova questão surge: quem cuidará das crianças inicialmente as mães crecheiras, depois as creches com caráter assistencialista com o objetivo de cuidar. Algumas mulheres da classe alta ao ingressarem também ao mercado de trabalho e com isso começaram a existir as Pré-Escolas, que não só cuidavam, mas também preocupavam-se com o desenvolvimento integral das crianças.

Após muitas lutas de mães das classes mais pobres, surge a Educação Infantil que inicialmente trabalhava também de maneira assistencialista. Mas, logo os pilares dessa modalidade de ensino começaram a se modificar e o desenvolvimento integral da criança passou a ser refletido, discutido e passou a ser fundamental nas instituições de Educação Infantil.

Na Educação Infantil a criança tem a oportunidade, dentre muitas outras coisas, de construir sua identidade e autonomia por meio de atividades criadas e pensadas para alcançar tais objetivos. Construir a identidade é para a criança se reconhecer como alguém com habilidades, limites, características pessoais e físicas, cultura e conhecimentos próprios do meio onde vive.

Esse reconhecimento de si mesmo acontece quando a criança convive com outras crianças e identifica nos outros comportamentos e gostos que também são seus. Nesse sentido, os professores da Educação Infantil precisam criar situações que favoreçam essa construção. Brincadeiras no pátio, ginástica, música, roda de conversa, história e reconto ou simplesmente um tempo livre para socialização trás para os pequenos um enorme crescimento intelectual e cognitivo.

Identidade e autonomia caminham juntas uma depende da outra para se desenvolver uma criança autônoma que conhece seus limites e habilidades e para que consiga se identificar: isso é necessário para que tenha sua identidade reconhecida. Isto é, que saiba seus gostos, características, potencialidades e fragilidades; dessa maneira será capaz de tomar decisões, escolher o que melhor lhe parecer e refletir sobre cada decisão, cada escola e cada atitude.

A prática educativa descrita neste projeto de pesquisa, por meio dos autores citados, fala da importância de que se descubra maneiras de atingir cada aluno para que cada um possa se desenvolver plenamente. Na realidade da escola onde pesquisamos tais questões a cerca da autonomia percebemos que existem atividades que estimulam essa aquisição; mas percebemos também que muito ainda é preciso ser refletido e trabalhado para que nossas crianças sejam adultos autônomos e críticos.

Esta pesquisa mostrou que muito é feito na Educação Infantil, no sentido de desenvolver a autonomia de escolher sozinho, executar essa ou aquela atividade, mas pouco é feito para que nossas crianças reflitam sobre cada ação e tenham consciência de que cada escolha pode transformar ou não sua realidade e a dos outros. Pouco é feito para que nossos pequenos tornem-se cidadãos críticos, reflexivos tomados de um desejo de mudança, que saibam que somos todos diferentes e iguais ao mesmo tempo e que tanto a igualdade quanto a diferença precisam ser respeitadas.

Finalizo este trabalho satisfeita por ter visto na Educação Infantil educadores comprometidos e conscientes da importância da aquisição da autonomia nessa fase educacional, mas sei que muito ainda precisa ser pensado acerca da autonomia crítica que tanto almejamos.

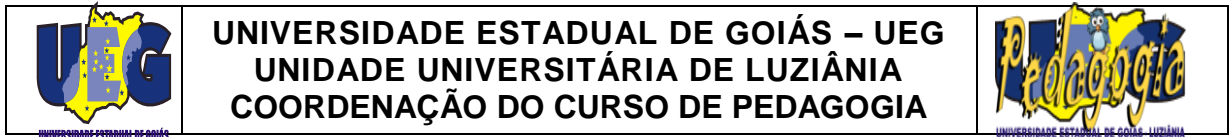
## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2011.
- ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. Lei 4.024/61. Disponível em <<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. v 1 e 2.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos / Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. Brasília: MEC/SEDH, 2010.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEVRIES, ZAN. **A ética na educação infantil: O ambiente sócio-moral na escola**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Vol. 18, Nº 73. Brasília, 2001. p.11-28.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica**, Brasília: MEC, SEB, 2010.
- FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro. Teorias e prática da educação física**. 4ª ed. Scipione, 1994.

- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar**. 9 ed. São Paulo: Olho D'água, 1998.
- FREIRE, SHOR. **Medo e ousadia: O cotidiano do professor**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GOLDSCHMIED, JACKSON. **Educação de 0 a 3 anos: O atendimento em creche**. 2 ed. Porto Alegre: Grupo A, 2006.
- HOFFMANN, Jussara. **Um olhar reflexivo sobre a criança**. 5ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 1996. v. 3.
- \_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.
- KRAMER, Sonia et al. **Infância e produção cultural**. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 1998.
- LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PIAGET, VYGOTSKY, WALLON: **Teorias psicogenéticas em discussão / Yves de La Taille**. Marta Kohi de Oliveira, Heloysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

## ANEXOS

### ANEXO “A” – Carta de Apresentação Acadêmica



Prezado (a) Sr (a): \_\_\_\_\_

Diretor (a): \_\_\_\_\_

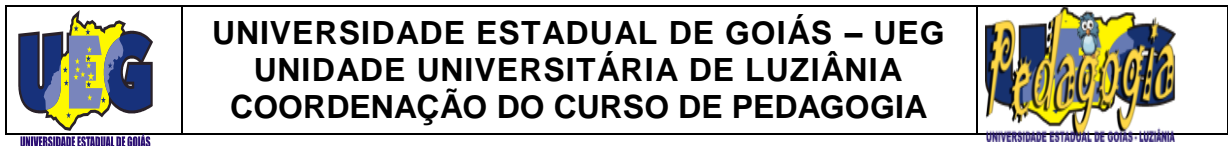
Eu, \_\_\_\_\_, acadêmica da Universidade Estadual de Goiás – UEG – Campus de Luziânia, situada à Avenida do Trabalhador, Gleba - B4, Bairro Industrial de Luziânia, do CURSO DE PEDAGOGIA, estou realizando uma pesquisa com o tema: \_\_\_\_\_ sob a Orientação do Professor **Doutor Jorge Manuel Adão** e solicito autorização para realizar a coleta de dados nessa Instituição.

Informo ainda que, todas as informações serão mantidas em sigilo e terá somente finalidade acadêmica de apoio a pesquisa. Agradeço, antecipadamente, a atenção dispensada e me coloco à sua disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Respeitosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

## ANEXO “B”



**QUESTIONÁRIO APLICADO ENTRE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LUZIÂNIA - GO**

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**(Pesquisa Qualitativa)**

**Tema: A aquisição da autonomia na Educação Infantil.**

**1 Contextualização da Entrevista** (data, horário, local e cargo da pessoa entrevistada).

**2 Pedir para o entrevistado/a se apresentar** (cargo, tempo de trabalho na instituição ou empresa, formação ...).

**3 Pedir para o entrevistado/a apresentar a instituição** (fundação, nº de alunos, nº de professores, nº de funcionários, nº de gestores; apresentar a infraestrutura da instituição).

**4 Ver como é trabalhada a temática da Monografia, Dissertação na instituição** (se há Projetos/Programas voltados à temática pesquisada).

\*Você acha importante a autonomia na Educação Infantil?

\*Como na sua opinião acontece a aquisição da autonomia na Educação Infantil?

**5 Perguntar sobre as conquistas e desafios na temática pesquisada** (na opinião do entrevistado/a).

\*Como o educador pode ajudar no processo de aquisição da autonomia das crianças na Educação infantil?

\*Por meio de que atividades a criança pode se tornar autônoma?

\* E a autonomia critica que diz respeito a cidadania pode ser estimulada na educação Infantil? E de que maneira o professor pode contribuir nesse processo?

**6 Perguntar se o entrevistado/a possui mais alguma coisa para acrescentar.**

**6 Agradecer pela entrevista concedida.**

Obs.: A entrevista deve ser gravada e guardada por 05 (cinco) anos.

Luziânia - GO, setembro de 2016.

Zilma Gonçalves Machado

### **Declaração de Autenticidade**

Neste documento, declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todas as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei nº 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

Luziânia \_\_\_\_\_ de novembro de 2016.

---

Zilma Gonçalves Machado